

**ARGUMENTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE (TRANS)FORMAÇÃO
SOCIAL: O PENSAMENTO CRÍTICO PARA CONSTRUÇÃO DA
(CONS)CIÊNCIA**

**ARGUMENTATION AS AN INSTRUMENT OF SOCIAL
(TRANS)FORMATION: THE CRITICAL THINKING FOR THE BUILDING
OF (CONS)CIENCE**

Felipe Alves dos Santos¹

Universidade de Taubaté

Resumo: Esse artigo tem como objetivo suscitar reflexões, a respeito do papel da argumentação – produção enunciativa – para a construção da (cons)ciência dos sujeitos e, a partir disso, a ocorrência de (trans)formação social, sobretudo no que se refere à formação do pensamento crítico-colaborativo em face das contribuições do campo da Linguística Aplicada. Esse objetivo responde à questão geradora que busca investigar: “considerando estudos sociolinguísticos que entendem a produção enunciativa como elemento argumentativo por sua natureza, qual é o papel da argumentação para a construção da (cons)ciência e (trans)formação social mediada pelo pensamento crítico-colaborativo?”. A fundamentação teórica se baseia em Mazzali (2009); Fiorin (2014); Quast (2014), sobre retórica e argumentação. Liberali e Fuga (2012); Liberali (2013); Guzo e Lima (2018), no que se refere ao desenvolvimento do pensamento crítico-colaborativo. Além da ancoragem nas concepções do Marxismo e Bakhtiniana de linguagem. Justifica-se na percepção de que desenvolver o pensamento crítico-colaborativo é uma importante possibilidade para superação de discursos de poder, promoção de participação social e reconhecer que o processo argumentativo pode ser um instrumento adequado quando aliado a essa concepção. Quanto à natureza metodológica, é de caráter qualitativo e tem como intenção a produção de uma revisão de literatura sobre o tema proposto. Como resultado se espera contribuir com as discussões acerca da (trans)formação social, a partir da argumentação, para desenvolvimento da (cons)ciência dos indivíduos e que possa favorecer, também, as práticas relacionadas à construção do pensamento crítico e de valorização das vozes sociais para superação de verdades absolutas e dos discursos de poder.

Palavras-chave: Pensamento crítico; Argumentação; (Tras)formação social; (Cons)ciência.

Abstract: This article aims to raise reflections on the role of argumentation - enunciative production - for the construction of subjects' (consciousness) and, from this, the occurrence of social (trans)formation, especially with regard to training of critical-collaborative thinking in the face of contributions from the field of Applied Linguistics. This objective answers the generative question that seeks to investigate: "considering sociolinguistic studies that understand enunciative production as an argumentative element by its nature, what is the role of argumentation for the construction of social (cons)cience and (trans)formation mediated by critical thinking - collaborative?". The theoretical foundation is based on Mazzali (2009); Fiorin (2014); Quast (2014), on rhetoric and argumentation. Liberali and Fuga (2012); Liberali (2013); Guzo and Lima

¹Mestrando em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté – UNITAU. E-mail: felipe.alves_santos@hotmail.com.

(2018), with regard to the development of critical-collaborative thinking. In addition to maintaining relationship with Marxism and Bakhtinian conception of language. It is justified by the perception that developing critical-collaborative thinking is an important possibility for overcoming power discourses, promoting social participation and recognizing that the argumentative process can be an appropriate instrument when combined with this conception. As for the methodological nature, it is qualitative in nature and intends to produce a literature review on the proposed topic. As a result, it is expected to contribute to the discussions about social (trans)formation, based on argumentation, for the development of (cons)cience of individuals and for the may favor practices related to the construction of critical thinking and valuing of social voices to overcome absolute truths and power discourses.

Keywords: Critical thinking; Argumentation; Social (Trans)formation; (Cons)cience.

Submetido em 26 de junho de 2021.

Aprovado em 12 de janeiro de 2022.

Introdução

O presente artigo tem como tema a (trans)formação social a partir da argumentação ancorada nos elementos retóricos, na valorização das vozes sociais dos sujeitos que se encontram em posição social vulnerável - que muitas vezes têm a argumentação relegada - e no desenvolvimento do pensamento crítico criativo-collaborativo para construção da cons(ciência) nos entes dos processos dialógicos, no sentido de fomentar posicionamentos diversos e que reconheçam nos diferentes pontos de vista os contextos socio-históricos-culturais que os ensinaram.

O contexto de desenvolvimento deste estudo se intersecciona com as propostas de análise de textos estudados na disciplina “Tópicos em LA II: a argumentação na construção da cidadania expansiva”. Essa disciplina faz parte das eletivas do curso de Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté (UNITAU), realizada durante o primeiro semestre de 2021.

A partir dos textos sugeridos para as aulas foi sendo formado um percurso que se iniciou com a pesquisa de Mazzali (2009) e se finalizou, sem ponto final, mas com diversas possibilidades de ampliação, com o texto de Guzzo e Lima (2018).

Dentre as referências teóricas há, também, as pesquisas de Liberali e Fuga (2012), Liberali (2013), Fiorin (2014) e Quast (2016). Além desses textos propostos, fez-se referência, ainda, a Bakhtin (2003). Esses textos mencionados compõem, portanto, a base teórica deste artigo.

Objetiva-se refletir sobre o desenvolvimento da argumentação como possibilidade de (trans)formação da (cons)ciência dos sujeitos. Tal tema e objetivo de pesquisa se justificam a partir da percepção de que a argumentação é uma possibilidade para a superação de discursos autoritários, tema tão discutido durante as aulas que ensejaram o contexto desta reflexão.

Além disso, motiva-se sob provocação, para reflexão, da questão: considerando estudos sociolinguísticos que entendem a produção enunciativa como elemento argumentativo por sua natureza, qual é o papel da argumentação para a construção da (cons)ciência e (trans)formação social mediada pelo pensamento crítico-colaborativo?”.

Dessa forma, o estudo metodologicamente se apresenta de modo qualitativo para produção de uma revisão de literatura sobre o tema proposto, com base nas referências bibliográficas das aulas.

Espera-se que este artigo possa contribuir com a ampliação das discussões sobre a (trans)formação social e a construção da (cons)ciência, ancoradas nas práticas argumentativas. Consideram-se também a dialogicidade, os discursos persuasivos, o conceito de atividade a partir das ideias versadas com base no marxismo, sobretudo na concepção de que: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” Marx e Engels (2007, p. 94 *apud* BALDI, 2019, p. 634). Por fim, a razão e as emoções, constitutivas dos seres humanos, para a construção do pensamento crítico.

A divisão do artigo se dá a partir desta introdução, das seções: “Argumentação: aspectos retóricos e discurso interior” e “Argumentação: instrumento de (trans)formação social” e pelas considerações finais.

1. Argumentação: aspectos retóricos e discurso interior

Não é, apenas, contemporâneo o interesse nos estudos sobre argumentação. Já na Grécia antiga eram discutidas as premissas dessa técnica discursiva humana. Um dos principais filósofos que propuseram posicionamento acerca da argumentação foi Aristóteles. Seus estudos, entre outros tantos assuntos, abordou a questão da retórica.

Segundo Mazzali (2009), a motivação para o posicionamento aristotélico, acerca da retórica, deu-se em um contexto sócio-histórico no qual os adeptos das ideias gorgianas e isocráticas disseminavam a retórica como “instigação irracional dos sentimentos” (MAZZALI, 2009, p. 31). Nesse sentido, Aristóteles, em contraposição a essa concepção,

desenvolve, alinhado às ideias de Platão, uma nova proposta de retórica. Essa diferente maneira de conceber o assunto se denomina: “[...] a nova concepção de retórica como arte da comunicação, não mais do puro encantamento ou da pura sugestão emotiva [...]” (MAZALLI, 2009, p. 32).

Como constata Mazzali (2009), os estudos acerca da retórica tiveram grande importância para Aristóteles, pelo fato de serem fundamentais para a organização e exposição de argumentos. Para a autora, a retórica ultrapassa a definição de ser um instrumento persuasivo. Ela se amplia como prática de ensinamento de características para construção de um discurso persuasivo. Assim, define-se retórica como “a arte de procurar, em qualquer situação, o meio de persuasão disponível” (MAZZALI, 2009, p. 32). Pode-se ainda dizer, a partir das ideias versadas por Mazzali (2009), que Aristóteles concebe a retórica como um instrumento importante para um mundo de conflitos ideológicos.

Aproveitando e ampliando a concepção aristotélica, Perelman (2002) entende, segundo Mazzali (2009), a retórica como técnica de discurso para atrair adesão de mentes. Desse modo, ele propõe quatro noções importantes: a primeira é a consideração da retórica como instrumento para convencimento por meio do discurso; a segunda incide na relação da retórica com a lógica formal, em algum grau, não totalmente; a terceira remete à previsibilidade de que a adesão pode variar, pois não se pode presumir com que tipo de ideia (contraposta) se competirá; a quarta se refere justamente à diferença entre a retórica e a lógica formal. Entende-se, nessa perspectiva, a importância da adesão acima da verdade e o conhecimento do público para o qual se apresentará uma tese.

Mazzali (2009) destaca que o conhecimento do auditório é de suma importância para Perelman (2000), pois é a partir disso que se moldará o discurso para convencimento. Isso não quer dizer que Aristóteles não o fizesse, entretanto a estratégia para análise dos auditórios difere. A visão aristotélica de auditório era motivada pela divisão por características comuns que resultava em auditórios menos especializados. Já Perelman (2000) entende que o discurso estará disponível a auditórios diversos. Assim, são exigidas técnicas retóricas e comportamento dialetal (tese-antítese). Nesse sentido, preveem-se contraposições.

Ainda sobre o conhecimento do auditório, Mazzali (2009, p. 37) prescreve que: “O conhecimento do auditório é vital para o sucesso da argumentação. Quanto melhor se

conhece o auditório, maior é o número de acordos prévios que se tem à disposição, portanto, melhor fundamentada será a argumentação”.

Dessa forma, conhecer o auditório pressupõe a utilização de linguagem comum a este público. Mazzali (2009) ressalta a importância do desenvolvimento de capacidades interpretativas sobre o que é dito na construção argumentativa para que haja, de fato, a adesão ao discurso. Outro aspecto retomado pela autora, que vem dos estudos aristotélicos, é a noção de lugar comum, ou seja, uma proposta comum ao ponto de vista do auditório, um argumento certo no sentido da adesão. Essa concepção, de lugar comum, favorece o que Perelman chama de estabelecimento de acordo, pois, uma argumentação será aderida se “for oportuna, justa e socialmente útil” (MAZZALI, 2009, p. 39).

O que fora dito até aqui, com base na pesquisa supramencionada, de Mazzali (2009), situou relação existente entre retórica e argumentação. Além disso, mencionou-se, também, a palavra discurso em referência à argumentação como discurso persuasivo ou discurso para atrair o auditório. Ao tratar de discurso, pode-se fazer referência entre as estruturas argumentativas e os aspectos linguísticos, porque a argumentação se faz a partir da estrutura linguística. Entretanto, importa, sobretudo, trazer à baila observações a respeito do aspecto social que permeia as intenções e os ambientes de circulação desse discurso argumentativo, o que se aproxima, portanto, da concepção bakhtiniana.

Nesse sentido Bakhtin (2003, p. 296-297) afirma que:

Todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. [...] Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos comunicados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavras “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta.

Fiorin (2014) ressalta a relação entre a construção de discurso argumentativo com a ideia de dialética, ou seja, a natureza de contraposição na realidade social como um discurso construído em oposição a outro discurso precedente. Nesse sentido, Fiorin (2014) exalta o espírito democrático que permite a existência dos discursos contrapostos. Eles dão sustentação para o desenvolvimento da retórica como atividade própria da argumentação posta, naturalmente, a partir das heterogeneidades sociais.

Fiorin (2014, p. 65) escreve:

A retórica é, de certa forma, filha da democracia. Nas ditaduras, não se admitem pontos de vista divergentes. É na democracia que floresce a contradição, base da retórica. [...] Alguns prefeririam calar as vozes dos opositores, mas a marcha da

humanidade mostra que os momentos de apogeu da retórica coincidem com os períodos de maior liberdade, de maior segurança, de maior paz.

Desse modo, o desenvolvimento da retórica se dá simultaneamente com a possibilidade social de enunciar, liberdade das vozes sociais. Fiorin (2014) afirma que a retórica permite ao enunciador produzir sentidos que podem ser assimilados e aceitos por um enunciatário. Dessa maneira, pode-se relacionar a natureza argumentativa e retórica à dialogicidade.

Fiorin (2014) conclui que todos os discursos são argumentativos. Pelo fato de terem natureza dialógica e responsiva a outros discursos que os precederam. Com base no que dissera Bakhtin e já fora dito neste estudo, os discursos argumentativos pressupõem diálogo entre pontos de vista diversos. Nesse sentido, é dito que “todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento” (FIORIN, 2014, p. 69). É exatamente essa sustentação, de Fiorin (2014), que mantém estreita relação com a citação de Bakhtin (2003, p. 296-297) já supramencionada.

Ao discutir a questão social envolvida nos processos argumentativos, Quast (2016) aponta para a formação do discurso interior. Esse discurso está relacionado, entre outros aspectos, ao modo de recepção de um enunciado, o que orienta, também, a forma de produção de enunciados argumentativos. A autora, em diálogo com Voloshinov (1981) afirma que a maneira de enunciar pode provocar diferentes formas de apreensão e recepção. Desse modo, um público pode construir um sentido geral de um enunciado, a partir da entonação usada, dos gestos e demais articulações feitas pelo enunciador.

Quast (2016), com base em Bakhtin (2000), ressalta que a construção de sentidos de um enunciado depende das condições sociais e temporais de circulação. Esse enunciado receptado será dotado de valoração pelo sujeito, que atuará responsivamente sobre ele, mesmo que seja por meio de um discurso interno. Quast (2016, p. 140) afirma que: “todo enunciado (que expressa sempre ao menos um ponto de vista) é argumentativo, ou seja, é orientado para uma conclusão”. O que já fora dito em Fiorin (2014).

2. Argumentação: instrumento de (trans)formação social

Nessa perspectiva, importa considerar que os enunciados (argumentativos) têm sua natureza sócio-histórica, um contexto de produção. Desse modo, Liberali e Fuga

(2012) ancoram sua pesquisa na Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural (Tashe). Tal perspectiva teórica tem como base o marxismo e define atividade em três orientações.

Sobre isso as autoras afirmam:

O conceito de atividade segue o referencial marxista, que apresenta três aspectos fundamentais da atividade humana, a saber: ser orientada por um motivo, fazer uso de instrumentos de mediação e produzir algo como elemento da cultura que nesse processo objetiva o indivíduo e ao mesmo tempo o subjetiva (LIBERALI; FUGA, 2012, p. 133).

Liberali e Fuga (2012) destacam que o processo de atividade é dinâmico e, por isso, pressupõe que os participantes mantenham interação. A atividade também promove mudanças nas ações dos indivíduos e dos coletivos que interagem. Logo, percebe-se que a base da atividade é argumentativa, pois ao reunir participantes, com suas especificidades sociais, históricas e culturais, espera-se que haja oposição de ideias e percepções diferentes. Entretanto, a atividade é orientada para o atingimento de objetivos e, desse modo, caracteriza, embora as diferenças existam e sejam reconhecidas, a natureza colaborativa a que se propõe a Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural.

Esse modelo de atividade favorece o desenvolvimento de atitudes criativas. Considerando o aspecto do marxismo, presente na teoria, Liberali e Fuga (2012) mencionam que a atividade criativa necessita de conhecimentos prévios (experiências diversas dos sujeitos) e disposição para mudar situações, como já fora dito por Marx: “Os filósofos se limitam a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 1979, p. 111 *apud* PIRES, 1997, p. 92).

Liberali e Fuga (2012) observam que as emoções têm papel importante nesse processo ativo, pois é a partir delas que os indivíduos fazem relação entre criatividade e realidade. Desse modo, as emoções atuam no sentido das percepções, ideias, imagens e demais instrumentos que servirão de apoio para a criação de uma cadeia criativa.

Liberali e Fuga (2012, p. 135) entendem cadeia criativa “como um processo, o qual nasce da teorização sobre a vida prática; implica parceiros produzindo significados compartilhados (VYGOTSKY, 1934) em uma atividade.”

Entende-se, partindo das ideias versadas por Liberali e Fuga (2012), que a cadeia criativa permite que os sujeitos se relacionem de modo dialético com o ambiente (realidade material) e daí se formam os processos sociais, históricos e culturais. Nota-se o papel da argumentação, uma vez que os sujeitos participantes dessa interação e os ambientes com os quais esses sujeitos se relacionam histórica, social e culturalmente são

diversos. Por isso, a concepção de cadeia criativa pressupõe argumentatividade em favor de opiniões que atendam às expectativas comuns e que por terem essas características são o que a autora chama de “criativo-colaborativa” (LIBERALI; FUGA, 2012, p. 135).

Liberali e Fuga (2012) defendem a importância da argumentação no quesito criticidade e mencionam a relevância da não aceitação automática de verdades absolutas. Ao abordar a questão crítica colaborativa, as autoras evidenciam o embate de vozes e a construção de sentidos. Desse modo, são considerados os discursos internos que podem se relacionar com outros discursos no processo de criação colaborativa de novos significados.

A respeito dessas ideias Liberali e Fuga (2012, p. 148) afirmam que:

Levando-se em conta a cadeia criativa de atividades, o excerto mostra a força da palavra internamente persuasiva, esta que é parte “nossa” e parte do outro. Ainda, evidencia o entrecruzamento discursivo, as relações entre os sentidos de um e de outro participante na interação para a constituição da *práxis*, abrindo possibilidades de construção de novas práticas nos respectivos contextos de atuação.

Pode-se compreender, portanto, que as práticas argumentativas e persuasivas permitem relacionar o eu e o outro num processo interativo e de construção de sentidos. Liberali e Fuga (2012, p. 148) consideram importante o que chamam de “constituição da *práxis*”. Dessa forma, entende-se que a finalidade é, portanto, a transformação cunhada em relações colaborativas, críticas e criativas.

Em outra pesquisa, Liberali (2013) aborda aspectos da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural, ressaltando a importância das vozes que atuam socialmente e que promovem a transformação social. Isso se dá em relação com o discurso internamente persuasivo, uma vez que considera o discurso importante para a constituição de relação colaborativa na construção de sentidos.

Liberali (2013) entende que a argumentação está diretamente relacionada à (cons)ciência dos indivíduos e está a serviço da produção de transformação. Considerar os discursos internamente persuasivos e o papel da colaboração entre os sujeitos sociais para a construção de significados é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que levem às conquistas no campo social. Nessa perspectiva, afirma-se que:

A ideia de rede de atividades em Cadeia Criativa se pauta na perspectiva de que um comprometimento com a melhoria da vida nas comunidades é central, o que pressupõe o embate entre sentidos e significados cristalizados na produção de significados compartilhados e, portanto, novos sentidos (LIBERALI, 2013, p. 46).

Ao mencionar o fato de que a atividade tem como objetivo o embate entre sentidos e significados cristalizados, observa-se que a intenção é a superação dos discursos de poder e das verdades absolutas que reprimem discursos advindos das mais diversas vozes sociais. Esse movimento de repressão favorece o *status quo* e reforça as relações de poder já estabelecidas na sociedade.

Em diálogo com concepção bakhtiniana, Liberali (2013) reforça a posição do discurso de poder nas relações sociais, concebendo-o como um tipo não mutável e que independentemente de seu grau persuasivo se faz valer por autoridade. Por isso, conduz à assimilação de verdades absolutas. Discursos de natureza autoritária não se coadunam com a teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural, pois não pretendem a colaboração na construção de significados, mas a transmissão de um conhecimento/conceito, feita pela voz social de poder e a aceitação pelas vozes sociais reprimidas (vozes limitadas/caladas pelo discurso de poder).

Pode-se entender que, em contraposição ao discurso autoritário de poder, o discurso internamente persuasivo tem a intenção de transformar a (cons)ciência dos indivíduos em atuações colaborativas de argumentação.

Sobre o discurso internamente persuasivo, Liberali (2013, p. 43) afirma que:

Já o discurso internamente persuasivo envolve transformações na consciência que circundada e inundada pelas várias vozes, ou sentidos pessoais (segundo Vygotsky, 1934/2001), produz gradualmente um significado, que é parte seu e parte do outro (BAKHTIN, 1934-35/1998). Esse discurso é visto usualmente como metade nosso, metade de outrem.

Desse modo, Liberali (2013) define o discurso internamente persuasivo como fruto de construções embasadas na realidade social dos indivíduos e permeada pelas vozes que circulam nesse espaço e tempo. O discurso é fruto de um processo que relaciona vozes de outrem e vozes individuais, não havendo, assim, entre elas hierarquização, mas a intenção de construção de um significado que faça referência a todas as vozes que participam do processo colaborativo. Além disso, suscita liberdade para o conflito entre o discurso interno e os novos discursos para a (trans)formação da (cons)ciência.

Ao abordar a (trans)formação da (cons)ciência se pressupõe que haja, envolvido nesse processo, o pensamento crítico. Guzzo e Lima (2018) em diálogo com ideias versadas por Siegel (1988, 1997) afirmam que o pensamento crítico é um ato reflexivo e cuidadoso. Para o desenvolvimento do pensamento crítico são importantes as habilidades cognitivas para dar conta de fazer a análise dos argumentos e as habilidades para analisar

os traços comportamentais dos indivíduos. Guzzo e Lima (2018), em diálogo com Siegel (1997), entendem que desenvolver o pensamento crítico pressupõe fazer uso de análises estruturadas nas quais importa ter: disposição, atitudes, hábitos mentais e traços de caráter.

Em referência às ideias versadas por Lipman (1988), Guzzo e Lima (2018, p. 336) também apresentam o conceito de pensamento crítico como “[...] responsável e habilidoso que facilita o bom julgamento porque (1) é orientado por critérios, é (2) autocorretivo, e (3) é sensível ao contexto”.

Dessa maneira, tem-se a definição do pensamento crítico como uma construção metacognitiva por natureza. Quando um indivíduo desenvolve as habilidades supramencionadas, torna-se apto à produção de uma percepção crítica, de maneira fundamentada. O pensamento crítico pressupõe ações orientadas pela metacognição.

Essa premissa se fundamenta nas afirmações de Kahneman (2012), referenciadas por Guzzo e Lima (2018), que sustentam o fato de os indivíduos usarem dois sistemas para analisar as situações postas em seu dia a dia, os chamados: sistema 1 e sistema 2. Esses sistemas representam, em resumo, ações que são tomadas pelos sujeitos. Atividades realizadas de modo mais automático, com menor grau de reflexão sobre a matéria em análise, são atos cognitivos e ancorados pelo sistema 1. Já o sistema 2 apresenta deliberações que são fundamentadas a partir do refinamento das ideias, ou seja, um processo maior de análise, esforço mental, avaliação cuidadosa e minuciosa dos aspectos apresentados. Isso pressupõe definir que o pensamento crítico está ligado às orientações advindas do sistema 2. Então, pode-se dizer que a definição de sistema 2 se aproxima do que fora pronunciado por Lipman (1988).

Isso pode ser observado em Guzzo e Lima (2018, p. 337) quando fazem referência às ideias de Kahneman (2012):

O Sistema 2, assim, é acionado quando um estudante está realizando uma operação aritmética complexa, quando alguém precisa lembrar de diversas informações para preencher adequadamente um documento, quando pretende analisar a validade de um argumento que lhe foi apresentado, quando precisa memorizar uma grande sequência de palavras ou números, entre outras situações. Pensar criticamente também é uma atividade relacionada ao Sistema 2, já que ela denota o emprego de esforço intelectual e atenção para a elaboração e avaliação de ideias.

É possível inferir que as atividades orientadas pelo sistema 1 são problemáticas existentes para o desenvolvimento do pensamento crítico. Em decorrência do que Guzzo e Lima (2018) chamam de “Ilusão racionalista” atribuindo essa expressão ao título de

uma seção de sua pesquisa. Esse termo, que aqui é considerado com grande relevância semântico-social, faz menção à tendência dos indivíduos de racionalizar o pensamento crítico em favor de justificar seus posicionamentos e não em favor da construção do pensamento crítico. Sobre esse processo, Guzzo e Lima (p. 338-339) consideram “[...] uma maneira de pensar que parece priorizar a busca de justificativas que soem plausíveis para sustentar uma conclusão já estabelecida. Este processo é a antítese do pensamento crítico [...]”.

Essas constatações de Guzzo e Lima (2018) parecem apresentar um cenário pessimista sobre a formação do pensamento crítico e, sobretudo, para o que se propõe este artigo: a (trans)formação social a partir da argumentação. Mas não é bem assim. Essa realidade fomenta ainda mais a necessidade de ações que possam transformá-la. Ela é a justificativa de que é possível e necessário desenvolver o pensamento crítico.

Nesse sentido, Guzzo e Lima (2018) apresentam a formação escolar como possibilidade para o desenvolvimento dessas habilidades. Em sua pesquisa, os autores apresentam como título de uma seção, também trazida aqui como fator de grande relevância de natureza semântico-social, mas que orienta à ampliação pragmático-social: “O pensamento crítico ainda é possível?” (GUZZO; LIMA, 2018, p. 339).

Ao dialogar com as afirmações, presentes na pesquisa, de Guzzo e Lima (2018) é possível vislumbrar a possibilidade de construção do pensamento crítico. Isso ocorre quando se considera que as evoluções morais dos indivíduos e das sociedades, bem como os processos evolutivos de diversas naturezas, exigiram e exigem acionamento do sistema metacognitivo (sistema 2). Esse aspecto representa que, de certo modo, em algum momento ou em certo grau, os indivíduos desenvolvem o pensamento crítico sobre os assuntos presentes em seu cotidiano.

Os autores também enfatizam que pensar a construção do pensamento crítico com base na dissociação entre razão e emoção é algo inadequado. Guzzo e Lima (2018) lembram que as emoções fazem parte do sistema 1 e que os indivíduos têm, por conta de sua natureza humana, as inclinações emotivas e essas não são desativadas quando o pensamento racional entra em cena. De repente, elas possam ser um problema para a construção do pensamento crítico, mas não podem ser desconsideradas, pois fazem parte da constituição humana dos sujeitos.

Tal concepção pode ser notada quando se afirma que:

Assim, para fins educacionais, entendemos que talvez seja melhor trabalhar com a ideia de que o pensamento crítico possa ser desenvolvido em *graus*, e não como uma

característica absoluta, do tipo “ou se é um pensador crítico, ou não se é”. Alguém pode pensar mais, ou menos, criticamente sobre uma determinada questão ou decisão, e para isso será necessário um esforço consciente de atenção e monitoramento de suas crenças anteriores, habilidade e disposição para avaliar evidências e razões relevantes ao tema em questão, e uma abertura mental para ajustar o seu ponto de vista de acordo com a força das razões disponíveis. (GUZZO; LIMA, 2018, p. 341).

Dessa maneira, Guzzo e Lima (2018) constatarem que o pensamento crítico é uma realidade possível e se desenvolve nos seres humanos em níveis diferentes. Em resumo: pode-se pensar mais ou menos criticamente sobre determinados assuntos a depender do grau de relação que se tem com ele e a partir da dosagem dos elementos razão e emoção para ajuste do ponto de vista.

Considerações finais

Em suma, as ideias versadas neste artigo permitiram a produção de uma revisão de literatura que abordou os aspectos da argumentação, desde a retórica aristotélica e sua ampliação, até a utilização dela para a proposta central desse estudo: (trans)formação social e construção da (cons)ciência dos sujeitos.

No que se refere à argumentação como instrumento de (trans)formação social e construção da (cons)ciência, as pesquisas de Liberali e Fuga (2012) e Liberali (2013) introduziram a ideia da cadeia colaborativa e da criatividade, além de mencionar, também, o pensamento crítico. Nesse sentido, a pesquisa de Liberali (2013) enfatizou que a concepção de atividade, no contexto da cadeia criativa, tem como objetivo a melhoria da vida dos cidadãos. Essa premissa se relaciona diretamente à proposição marxista do Materialismo Histórico-Dialético, não à toa, pois a função da atividade é, de fato, produzir ações e não se limitar ao campo das ideias.

Assim, o desenvolvimento da (cons)ciência é eficaz quando orientado à *práxis*. Para isso, é necessário que essa (cons)ciência esteja voltada à (trans)formação social e tenha ligação estreita com o desenvolvimento de habilidades que resultem no pensamento crítico. Por meio da qualidade de avaliar as situações e a partir da realidade material, levando-se em conta tanto a racionalidade quanto as emoções, em equilíbrio, é possível pensar criticamente sobre os assuntos do cotidiano, em maior ou menor grau, mas é sempre possível segundo Guzzo e Lima (2018).

Importa ressaltar, ainda, que ao longo deste estudo são citados aspectos que remetem à democracia e valorização dos discursos diversos, o que aqui é considerado

como vozes sociais, que muito contribuem para a construção de sentidos e significação social dos discursos receptados e produzidos. Além disso, essas vozes, sem hierarquização definida por algum tipo de poder presumido, são importantes para a conquista de uma sociedade ideal. Em resumo: elas trazem um discurso, consequentemente, uma argumentação (trans)formadora, com base na realidade social (materializada e histórica).

Por fim, mas sem um ponto final, pretende-se, com este artigo, contribuir com estudos que, notadamente, estão sendo desenvolvidos e que abordam, entre outras coisas, a (trans)formação social e a conquista de cidadania expansiva a partir da (cons)ciência dos sujeitos social e historicamente constituídos. Outro aspecto importante é a observação dos discursos, recebidos e produzidos, compostos, naturalmente, pela argumentação. Interessa que esses discursos se encontrem com, ou tenham como origem o verdadeiro pensamento crítico (cons)ciente e (trans)formador.

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALDI, Luiz. A. P. de. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. *R. Katál*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 631-640, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/wVGTjr8gbDLb8fNGgWBJcSB/?lang=pt>. Acesso em: jun. 2021.

FIORIN, José. L. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, n. 9, p. 53-70, jan./jul. 2014.

GUZZO, Guilherme. B.; LIMA, Valdevez. M. R. O desenvolvimento do pensamento crítico na educação: uma meta possível? *Educação Unisinos*, v. 22, n. 4, dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.224.11/60746614>. Acesso em: jun. 2021.

LIBERALI, F. *Argumentação em contexto escolar*. São Paulo: Pontes Editores, 2013.

LIBERALI, Fernanda. C.; FUGA, Valdete. P. Argumentação e formação/gestão de educadores no quadro da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 8, n. 2, p. 131-151, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2919/1986>. Acesso em: jun. 2021.

MAZZALI, Gisele. C. Retórica: de Aristóteles a Perelman. *Direito e Democracia*, v. 10, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 2009. Disponível em:

<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/158/155>.

Acesso em: jun. 2021.

PERELMAN, Chaïm. *Lógica Jurídica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIRES, Marília. F. C. de. O materialismo histórico-dialético e a educação. *Interface*, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfrR4dmSD/?lang=pt>. Acesso em:

jun. 2021.

QUAST, K. A natureza dialógica e argumentativa do discurso interior revelada em interações em sala de aula de língua inglesa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 136-146, jan./mar. 2016. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/21705/14347>. Acesso em:

jun. 2021.